

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

**Uberização Do Trabalho Como Forma de Retomada do Neoliberalismo em Crise**

JÚLIA COSTA LOURENÇO

ORIENTADOR: DANIEL PEREIRA ANDRADE

São Paulo – SP

2019

## **Uberização Do Trabalho Como Forma de Retomada do Neoliberalismo em Crise**

### **Resumo**

O trabalho tem como intuito entender a tendência crescente de *uberização* dos serviços e seus efeitos em diferentes frações da classe média durante a crise econômica brasileira ocorrida a partir de 2015. A questão a ser respondida é como a *uberização* do trabalho se relaciona com a lógica neoliberal em tempos de crise, diferenciando sua aplicação nas trajetórias da classe média tradicional e da nova classe média. Com base nesse problema de pesquisa, o objetivo geral é averiguar a hipótese inicial de que esse movimento é um dos mecanismos utilizados pelo neoliberalismo para se reinventar e estender sua lógica durante uma crise econômica que poderia colocá-lo em xeque, apoiando-se sobre a classe média como maneira de perpetuar-se. Ademais, estudou-se a hipótese de que as trajetórias dos trabalhadores uberizados dividem-se em duas direções distintas, uma constituída pela classe média tradicional e a outra pela nova classe média. Para entender a questão, foi utilizada uma base teórica vasta e foram realizadas diversas entrevistas com motoristas de Uber a fim de compreender a realidade e as motivações desses cidadãos. As entrevistas realizadas comprovaram que, embora as trajetórias sejam distintas, a *uberização* do trabalho surge como forma de escape à crise e acaba reforçando tanto a lógica neoliberal, através do auto empreendedorismo, da competição constante e da avaliação pública; quanto a precarização do trabalho, uma vez que esses mecanismos neoliberais aumentam as jornadas de trabalho e prendem esses trabalhadores na falsa ideia de flexibilidade.

### **Palavras-chaves**

Uberização, Neoliberalismo, Crise, Classe Média

## 1. INTRODUÇÃO

O mercado corporativo, como centro do sistema capitalista global, tem uma necessidade recorrente de reinvenção: seja através dos novos modelos de gestão, seja através de mudanças estruturais que dinamizem as empresas, o foco na otimização do trabalho é o objetivo central das mudanças corporativas. Assim, a criação de novos modelos que desburocratizem as relações trabalhistas e criem meios alternativos de empregabilidade aparecem com cada vez mais frequência. No entanto, a mudança dos modelos corporativos tradicionais traz também problemáticas para as novas relações de trabalho, muitas vezes negligenciadas pelas grandes corporações. Como define Ricardo Antunes em sua obra “*O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviço na Era Digital*”,

“Na empresa ‘moderna’, o trabalho que os capitais exigem é aquele mais *flexível* possível: sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical. Até o sistema de ‘metas’ é flexível: as do dia seguinte devem ser sempre maiores do que aquelas obtidas no dia anterior.”

O crescimento da demanda pelos ditos trabalhos flexíveis abre espaço para a criação de plataformas digitais que servem como intermediárias para diversos trabalhadores “autônomos”, que aderem a essa nova modalidade como uma maneira de enfrentar crises ou ganhar liberdade no mercado corporativo, realizando o sonho neoliberal de ser “empresário de si mesmo”. Essa movimentação nas relações trabalhistas cria uma nova categoria: a do trabalho uberizado, que traz consigo uma nova dinâmica entre trabalhador, empresa e mercado, onde as relações trabalhistas mudam completamente e a competição torna-se propulsora do trabalho.

Pela popularização e crescimento exponencial dessa nova modalidade de trabalho, torna-se imprescindível o estudo da categoria de trabalhos uberizados, bem como um entendimento aprofundado de suas razões de ser e de seus impactos na vida dos milhões de trabalhadores que aderem a esse novo movimento. Partindo da hipótese inicial de que a uberização do trabalho traz consigo a lógica neoliberal, que cria essa nova modalidade como uma forma de se reforçar em momentos de crise generalizada como vivemos atualmente, a pesquisa aqui apresentada torna-se relevante por explorar justamente as relações dessa nova modalidade com o governo de conduta neoliberal na qual ela está inserida, bem como as motivações que fizeram uma grande parte da população brasileira – sobretudo pertencente à classe média - aderir a ela.

A contemporaneidade da uberização do trabalho faz com que a bibliografia disponível seja muito recente e, no entanto, ainda muito incipiente. Por isso, é importante entender essa movimentação de forma global, analisando obras internacionais como a de Tom Slee, que oferecem uma perspectiva mais ampla sobre o assunto, e obras nacionais como a de Ludmilla Costhek e Ricardo Antunes, que trazem uma perspectiva direcionada à realidade brasileira e as variações e ajustes dessa modalidade à realidade nacional. Além de estudar a própria uberização, é fundamental um entendimento do governo de conduta vigente como forma de compreender as relações entre a lógica neoliberal e o surgimento dessa nova categoria. Partindo de uma literatura Foucaultiana como ponto inicial para a compreensão neoliberal, são também analisados principalmente os trabalhos de Daniel Andrade, David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval como forma de entendimento mais aprofundado do contexto de surgimento do trabalho uberizado. Por fim, para compreender a história e o desenvolvimento da classe média afetada por essa nova modalidade e criar uma base teórica para a análise do estudo de casos múltiplos realizados durante a pesquisa, são estudados principalmente os trabalhos de Vera Telles, Roberto Grün e Jessé Souza, que analisam o desenvolvimento da classe média brasileira ao longo dos anos e as diferenças entre as chamadas classe média tradicional e nova classe média.

Com base nisso, o trabalho aqui apresentado tem como principal objetivo entender os fundamentos dessa nova modalidade de trabalho e como ela se relaciona com o governo de conduta neoliberal, além de analisar a trajetória de diferentes indivíduos que migraram para essa nova modalidade como forma de compreender os impactos dessa categoria em expansão constante para um segmento significativo da população brasileira: a classe média. Para garantir o embasamento necessário para a análise dos casos estudados, o trabalho se organiza da seguinte maneira: a seção de *Teoria* conta com todo o estudo bibliográfico realizado para entender os principais pontos que tangem a pesquisa, começando por um histórico do governo de conduta neoliberal e passando pelas distinções dos segmentos da classe média e finalizando no entendimento do trabalho uberizado no contexto brasileiro. Em seguida, a seção de *Métodos* explicita a forma com a qual a pesquisa foi conduzida, seguida da análise do estudo de casos múltiplos na seção de *Resultados*. Por fim, a *Conclusão* visa trazer os principais aprendizados e recomendações que surgem com a pesquisa, como forma de entender a relevância e a contribuição do trabalho para o ambiente administrativo.

## 2. TEORIA

Para embasar a pesquisa realizada durante os últimos meses, foram utilizados livros e artigos acadêmicos relacionados a diferentes temas. A teoria estudada para o desenvolvimento do projeto foi segmentada em três principais tópicos, sendo eles a uberização do trabalho, o neoliberalismo e os segmentos de classe média, que são os principais aspectos do tema de pesquisa proposto. Assim, para entender as bases de estudo, é preciso entender o desenvolvimento das discussões desses três pontos.

O neoliberalismo, conforme Jamie Peck analisa em sua obra *Constructions of neoliberal reason*, teve o nascimento de sua lógica geograficamente disperso, o que gerou a capilarização de sua interpretação e a formação de correntes distintas em sua formação. Para realizar uma análise que aborda a lógica neoliberal, portanto, faz-se necessária a distinção acerca da óptica pela qual se observa, uma vez que correntes diferentes carregam consigo interpretações e pressupostos diferentes. Desta forma, é importante o entendimento aprofundado da perspectiva Foucaultiana acerca da lógica neoliberal, uma vez que a pesquisa aqui apresentada se pauta nessa corrente.

Para Foucault, a análise fundamental do neoliberalismo como forma de governamentalidade encontra-se no entendimento de seus mecanismos efetivos de poder, isto é: as estratégicas, táticas e técnicas através das quais essa lógica consegue ditar a conduta dos indivíduos. Essa análise parte de um pressuposto inicial fundamental acerca da própria concepção de poder por parte de Foucault: a ideia de que o poder é uma relação caracterizada pela habilidade de condução de conduta que uns exercem sobre os outros, e que as técnicas através das quais esse grupo que exerce o poder consegue realizar essa condução são o que interessa para a análise do autor, que observa que elas encontram-se em ações do cotidiano, governando a conduta diária do indivíduo.

A análise histórica dessas técnicas de poder que direcionaram as condutas e, com o tempo, moldaram a modernidade, é fundamental para a compreensão das normas de agir que encontramos na sociedade neoliberal. Para isso, é preciso entender os mecanismos do poder disciplinar, que foca não em quem detém o poder, mas naquele sobre o qual o poder é exercido, tendo uma sociedade da vigilância e da punição econômica. Nessa sociedade de vigilância, as técnicas de poder são passadas entre as diferentes instâncias de modo que os pequenos modos de condução das condutas formam uma rede entre si, um dispositivo de controle da sociedade estrategicamente coerente, embora não tenha um sujeito que o tenha

formulado na origem. Ao falar do poder disciplinar, Foucault (1997, p. 136) afirma que se trata de

“[...] uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral.”

Assim, a escola se apropria dos métodos de conduta militares, que se apropriam de outros desenvolvidos em fábricas e assim por diante, e assim essas múltiplas técnicas encaixam-se umas nas outras de forma que agem de forma coerente e generalizada de controle sobre a conduta dos indivíduos. Esse regime de poder se dá através do controle de três instâncias da vida do indivíduo: o corpo, o tempo e o espaço. No capítulo *Corpos dóceis*, da obra *Vigiar e Punir*, Foucault afirma que o poder disciplinar recompõe os corpos em relação ao tempo e aos espaços, buscando sempre deixá-los mais dóceis e úteis. Conforme afirma o autor:

“A modalidade [de controle] implica uma coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’”. FOUCAULT (1997, p. 135)

Essas técnicas têm como objetivo, portanto, aumentar as forças produtivas e diminuir as forças políticas através do controle dessas três instâncias (corpo, tempo e espaço), focando em transformar os indivíduos em corpos economicamente úteis e politicamente dóceis. A docilidade dos corpos e a padronização pretendida em certa instância pelo poder disciplinar levanta, no entanto, a questão da liberdade nesse sistema de poder, uma vez que ela deve ser pensada de acordo com a forma concreta com a qual o poder vigente opera. No caso do poder disciplinar, que busca controlar os indivíduos em todas as instâncias e nas menores das ações, o conceito de liberdade por si só é questionado, uma vez que tais mecanismos tornam-se tão enraizados no cotidiano que passam a ser imperceptíveis.

O poder disciplinar descrito acima estendeu-se até a crise do Fordismo, no último quarto do século XX, quando esse regime de governo de condutas passou a perder sua coerência. Impulsionada pela crise econômica que o regime de acumulação vigente

desencadeou, a crise do poder disciplinar surge pelas mãos das minorias insatisfeitas com as contradições que o regime trazia. De acordo com Harvey (2006, p. 136)

“Por trás de toda a rigidez específica de cada área [do Fordismo] estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital.”

Assim, com uma estrutura que beneficiava continuamente as grandes corporações e aqueles que já detinham mais capital por meio de um poder altamente normalizador dos indivíduos, o Fordismo com seu poder disciplinar abrem espaço para uma nova lógica de dominação. Conforme afirmam Dardot e Laval (2016, p. 197),

“Se a ordem econômica keynesiana e fordista repousava sobre a ideia de que a concorrência entre empresas e entre economias capitalistas deveria ser enquadrada por regras fixas comuns no que diz respeito a taxas de câmbio, políticas comerciais e divisão de renda, a nova norma neoliberal instaurada no fim dos anos 1980 exige a concorrência em regra suprema e universal de governo.”

A dita lógica neoliberal, no entanto, não se limita ao âmbito econômico: nessa nova racionalidade, a “economização” do indivíduo é feita através da expansão da lógica de mercado, ou seja, da competição, para todas as esferas da vida humana, fazendo com que as subjetividades sejam controladas a partir dessa lógica de concorrência constante. O poder neoliberal, através de suas regras de mercado, diz o que o sujeito deve se tornar mas não como fazê-lo. A competição contínua traz a obrigação da performance à tona, e a comparação constante com o outro junto à sensação de escolher seu próprio caminho para atingir o objetivo final imposto pelo mercado (ser melhor que o outro) torna esse poder modulador do indivíduo, e não normalizador como o disciplinar. Ao mesmo tempo, em um governo de conduta como o neoliberal, que atravessa por todos os âmbitos da vida, é difícil delimitar o conceito de liberdade, uma vez que o neoliberalismo cria as próprias liberdades que precisa para sobreviver. A liberdade de mercado, por exemplo, é criada pelo próprio neoliberalismo para permitir sua continuidade, portanto a noção de liberdade nesse caso é questionada, uma vez que é imposta pelo poder vigente. Assim, quanto mais as liberdades de que o neoliberalismo precisa são criadas, mais poder o neoliberalismo ganha; e quanto mais poder ganha, mais pode barrar outras possibilidades de liberdade.

Conforme afirmam Dardot e Laval (2016) “[...] governar não é governar *contra* a liberdade, mas governar *pela* liberdade, isso é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas”. Portanto, entender a percepção de Foucault em relação à governamentalidade é fundamental, compreendendo principalmente que, para o autor, quando falamos de governamentalidade não falamos da instituição do governo em si, mas de como é possível reger a conduta dos homens através de mecanismos estatais.

O Estado, sendo uma das instâncias de controle social, deve exercer o poder de forma concreta para garantir a conduta dos indivíduos, e por isso nos cursos apresentados sobre *O Nascimento da Biopolítica* Foucault acaba por quebrar a ideia dessa instância como uma estrutura monolítica, homogênea e imutável. Na obra, Foucault traz à tona a percepção do Estado como um conjunto de práticas heterogêneas que se articulam entre si e se racionalizam a fim de governar a conduta dos indivíduos, criando então um mecanismo geral de controle baseado em pequenos poderes disciplinares. Conforme a *Aula de 10 de janeiro de 1979* do livro (p. 25), o autor afirma sobre as diferentes práticas:

“[...] entre essas diferentes práticas será possível estabelecer [...] uma coerência pensada, racionalizada; coerência estabelecida por mecanismos inteligíveis que ligam essas diferentes práticas e os efeitos dessas diferentes práticas uns aos outros e vão, por conseguinte, permitir julgar todas essas práticas como boas ou ruins, não em função de uma lei ou de um princípio moral, mas em função de proposições que serão, elas próprias, submetidas à demarcação do verdadeiro e do falso.”

Assim, a razão de Estado deve ter um regime de verdade que seja condizente com as pequenas práticas instauradas pelo governo, que se conversam de forma a estruturar um mecanismo complexo e extenso. De forma geral, Foucault defende a ideia de que esse governo da conduta dos indivíduos deve ser exercido nas mais diversas esferas da vida humana. De acordo com o autor em *A Microfísica do Poder*,

“Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc.”

Na lógica neoliberal, o governo da conduta dos indivíduos parte do princípio da expansão da lógica de mercado para os outros âmbitos da vida, disseminando a valorização



da concorrência para todas as esferas da vida, tanto na estruturação do próprio Estado quanto nas relações sociais, nas instituições e, principalmente, na subjetividade dos indivíduos. Essa expansão traz aos cidadãos a ideia do empreendedor de si mesmo, fazendo com que cada um interiorize a lógica de concorrência à sua própria existência e, portanto, adote-a como premissa para todas as suas ações, fazendo com que todos foquem no auto-investimento para se valorizarem dentro desse mercado neoliberal, ao mesmo tempo em que isentam o Estado de algumas obrigações quanto à garantia de direitos. Conforme o texto de Andrade (2018b):

“[...] o neoliberalismo, com suas políticas sociais de *workfare*, cria um cidadão baseado no interesse egoísta (e não no bem comum) cujo cálculo econômico de investimento em si mesmo ultrarresponsabiliza-o por tudo o que lhe ocorre, ao passo que exime o Estado de suas obrigações quanto à garantia de direitos.”

Quando tratamos do contexto brasileiro, é importante notar que a lógica do “empresário de si mesmo” permeia fortemente a classe média como lógica vigente das condutas. No entanto, como Jessé Souza bem pontua em sua obra, é preciso deixar de lado a visão economicista de classes tão cotidianamente utilizada. É preciso entender que essa visão meramente voltada à renda homogeneiza trajetórias tão distintas e singulares, uma vez que universaliza as condições para diferentes segmentos da população (SOUZA, 2012). De acordo com o autor, “o ‘segredo’ mais bem guardado de toda sociedade é que os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica”, e é nesse ponto que podemos distinguir a classe média em dois segmentos diferentes, uma vez que há na realidade uma “transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo” (SOUZA, 2012) que se diferencia para esses dois ramos.

Dessa forma, é preciso que haja a distinção teórica entre as chamadas “classe média tradicional” e a “nova classe média” e suas transmissões de valores, a fim de entender como cada uma delas, de acordo com sua trajetória particular, percebe e age de acordo com essa conduta neoliberal. Essa distinção é fundamental para entendermos tanto a racionalidade por trás de cada um desses grupos, que se diferem, embora ambos sejam classificados como “classe média”, quanto suas motivações, entendendo por fim a relação entre as duas frações de classe e a nova modalidade de trabalho estudada nessa pesquisa.

A classe média tradicional pode ser estudada principalmente a partir da década de 1990, quando os jovens que compunham essa camada da população adotaram uma mentalidade competitiva e empreendedora, buscando ganhar seu espaço dentro do mercado. Com corporações regidas pela burocracia dos mais velhos, essa nova mentalidade é uma

maneira da classe média buscar novas oportunidades de crescimento, tanto dentro quanto fora das grandes empresas, transferindo a mentalidade de empreendedorismo para novos contextos - seja trazendo uma nova perspectiva para as grandes corporações, seja passando no investimento próprio em pequenos negócios e expandindo-os através do esquema de franquias. Trazer essa nova mentalidade de empreendedorismo, no entanto, significa também diminuir a segurança dos empregos, conforme afirma Roberto Grün (1998):

“[...] a antiga situação de segurança gozada nas grandes empresas é associada à ideia popular de burocracia, de trabalho maçante, previsível, pouco enriquecedor e contraposta à nova situação, onde o indivíduo teria chances de fazer desabrochar todas as suas possibilidades, onde o desafio de cada nova situação propiciaria um maior enriquecimento pessoal, onde a instabilidade no emprego seria benéfica, pois forçaria o indivíduo a questionar-se sistematicamente, investir em novas qualificações, enfim tornar-se mais aberto e flexível”.

Essa classe média tradicional, com uma mentalidade muito bem delineada, reage com força à ascensão da nova classe média, que ganha espaço durante o período lulista. Esse novo termo foi cunhado por volta de 2008, com as pesquisas que apontavam que milhares de pessoas que antes se encontravam em situações mais precárias e camadas inferiores da população tinham ascendido para a camada média de renda do ponto de vista estatístico, a chamada classe C, após as políticas do governo voltadas exatamente à esse nicho da população que buscavam elevar a qualidade de vida do mesmo. A criação desse novo segmento populacional, ainda sem muita definição e espaço delimitado no mundo social, criou espaço para o governo e principalmente as empresas desenvolverem novos dispositivos a fim de tentar governar a conduta dessa nova classe (ANDRADE, 2018). É preciso ressaltar que, conforme afirma Jessé Souza,

“Como a assim chamada ‘nova classe média’ é a grande mudança social e econômica do Brasil na última década de crescimento econômico, dizer quem ela é e o que ela deseja ou quer significa se apropriar do direito de interpretar a direção do capitalismo brasileiro no presente e no futuro”.

Essa nova classe, melhor definida como “nova classe trabalhadora” ao invés de “nova classe média”, se encontra logo acima das camadas mais precarizadas da população – as camadas esquecidas e negligenciadas pela visão economicista de classes – partilhando em muito de sua condição, mas ao mesmo tempo tendo um capital familiar muito específico e diferente, quebrando a cultura de classe pré-determinada da qual deveriam também partilhar e, conseqüentemente, colocando-a em um novo nicho da população. É exatamente esse

chamado “capital familiar” que permite a ascensão dessa nova classe média, que tem possibilidade de transitar dentro da pirâmide e que, de acordo com Souza,

“(...) conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho.”

Para o Souza, ainda, essa nova classe trabalhadora brasileira

“[...] é ‘nova’ posto que resultado de mudanças sociais profundas que acompanharam a instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil e no mundo. Esse capitalismo é ‘novo’ porque tanto sua forma de produzir mercadorias e gerir o trabalho vivo quanto seu ‘espírito’ são novos e um verdadeiro desafio à compreensão”.

Dessa forma, a subjetivação da nova classe média se deu através de uma integração de sua conduta aos moldes neoliberais (ou desse capitalismo ‘novo’ citado por Souza), transformando esse novo segmento de pessoas que passaram a ter uma condição econômica melhor em consumidores vorazes. Junto às propagandas direcionadas a esse público, que incitavam o consumo, vieram também mecanismos que possibilitassem esse modo de vida. Assim, a facilitação do crédito moldou e consolidou a conduta da nova classe média, transformando sua pouca renda em compras, criando a ostentação dos bens como uma maneira de reassegurar o seu novo status. Assim, “o endividamento via consumo se disseminou, mas igualmente a tomada de crédito para investimentos mais estruturantes como compra da casa própria, de veículos, financiamento estudantil e capital de giro de microempreendimentos” (ANDRADE, 2018), criando um paradoxo entre endividamento e alavancagem de novas oportunidades.

Além dos mecanismos que facilitam o crédito, o governo também entrou com medidas que visavam formalizar algumas atividades antes não formalizadas, criando formas jurídicas de facilitar a abertura de novos negócios. Esse movimento fez com que pequenos negociantes que muitas vezes atuavam na ilegalidade se convertessem nessas novas pessoas jurídicas, conseguindo ainda mais acesso ao crédito facilitado. Ainda assim, existe espaço para essa nova classe se alternar entre o formal e o informal para conseguir ser empreendedora de si mesma, como afirma Telles (2006), transitando entre esses diferentes espaços nos movimentos de viração. Conforme afirma Abílio (2016):

O “viver por um fio” das periferias brasileiras significa um constante agarrar-se às oportunidades, que em termos técnicos se traduz na alta rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, no trânsito permanente entre trabalho formal e informal [...], na combinação de bicos, programas sociais, atividades ilícitas e empregos [...].

Esses movimentos, antes vistos como atividades precárias e marginalizadas, ganham um novo olhar quando a lógica do empreendedorismo se dissemina na nova classe média. Isso se dá porque enquanto a viração era vista como um movimento dos “que não querem trabalhar” (como a classe média tradicional acredita), a nova classe média o vê como uma oportunidade, um risco que deve ser tomado, um investimento no empreendedorismo. Dessa forma, essa nova camada, mesmo sem as condições econômicas necessárias, consegue perpetuar a mentalidade de ser empreendedora de si mesma, passando a ver movimentos criticados pela classe média tradicional com uma nova perspectiva, conferindo um grau de dignidade a uma atividade precarizada mesmo que as oportunidades se mantenham as mesmas. Assim, a lógica do empreendedorismo impulsiona o crescimento de novas modalidades de trabalho cada vez mais precarizadas e menos seguras para os próprios trabalhadores que, como afirmado acima, se arriscam nessas novas trajetórias como uma maneira de fortalecimento da mentalidade vigente. Nessas novas modalidades, conforme afirma Ricardo Antunes, o trabalho

“Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente. As corporações se aproveitam: expande-se a ‘uberização’, amplia-se a ‘pejotização’, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o *escravo digital*. Tudo isso para disfarçar o assalariamento.”

Como aponta Antunes, a expansão do trabalho uberizado atinge a classe média (seja a tradicional, seja a nova) como uma das diversas maneiras de se obter renda. Como essa nova modalidade é o foco da pesquisa, é preciso entender sua origem e como estão as discussões acerca do tema. Conforme apresentado no livro *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*, de Tom Slee, embora o termo “uberização” não seja utilizado em estudos de outros países, ele foi cunhado no Brasil dado que as discussões acerca da Economia de Compartilhamento ganharam força após o início das atividades da Uber no país. Embora a Economia de Compartilhamento apareça como uma oportunidade para muitos, ela também pode ser vista como a precarização do trabalho sob a falsa ilusão do empreendedorismo, fazendo com que empresas bilionárias apropriem-se da energia dos

trabalhadores para maximizar seus lucros, prejudicando o ganho dos colaboradores. Conforme afirma Slee (2017),

(...) muito longe de exprimir a cooperação direta entre indivíduos, o suposto compartilhamento deu lugar à formação de gigantes corporativos cujo funcionamento é regido por algoritmos opacos, que em nada se aproximam da utopia cooperativista estampada em suas versões originais. (...) Sob a retórica do compartilhamento escondem-se a acumulação de fortunas impressionantes, a erosão de muitas comunidades, a precarização do trabalho e o consumismo.”

Assim, embora tenha surgido como uma iniciativa interessante voltada para a cooperação, as plataformas de economia compartilhada tornaram-se ofertantes de trabalhos mal remunerados e sem segurança, uma vez que os vinculados aos aplicativos renunciam a direitos trabalhistas nas corporações clássicas para adentrarem no mundo do trabalho uberizado. As empresas, como Uber, Airbnb e tantas outras, colocam-se como intermediárias das relações e isentam-se da responsabilidade, transferindo-a para os usuários, tornando o trabalho precarizado daqueles que usufruem da plataforma como uma forma de renda autônoma. Conforme o próprio site da Uber afirma: “A Uber não emprega nenhum motorista e não é dona de nenhum carro. Nós oferecemos uma plataforma tecnológica para que motoristas parceiros aumentem seus rendimentos e para que usuários encontrem motoristas confiáveis e desfrutem de viagens confortáveis”. A promessa da economia de compartilhamento de ajudar os “indivíduos vulneráveis a tomar controle de suas vidas tornando-os microempresários” (SLEE, 2017) é quebrada, uma vez que esse novo molde de trabalho habita áreas antes desprotegidas, dando espaço para as grandes corporações crescerem e fazerem fortunas em cima de trabalhadores que ficam à mercê da uberização. Como afirma o autor do livro,

Em vez de libertar os indivíduos para que tomem controle direto sobre as próprias vidas, muitas companhias da Economia do Compartilhamento estão dando fortuna a seus investidores e executivos e criando bons empregos para seus engenheiros de programação e marqueteiros, graças à remoção de proteções e garantias conquistadas após décadas de luta social, e graças à criação de formas de subemprego mais arriscadas e precárias para aqueles que de fato suam a camisa.

Essas novas modalidades criam um novo proletariado, que deixa de incorporar apenas as modalidades de trabalho mais ortodoxas e passa a englobar também os trabalhadores de todas essas modalidades de trabalho mais flexíveis. Assim, toda essa classe trabalhadora presa nas teias do trabalho uberizado fica suscetível à incerteza da modalidade,

deixando os proletários dos serviços “(...) entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*” (ANTUNES, ).

A partir das teorias dos três assuntos abordados nessa seção, sendo eles o neoliberalismo sob a perspectiva Foucaultiana, a distinção entre dois segmentos de classe média e a uberização do trabalho, a pesquisa foi desenvolvida como forma de analisar os pontos em que eles se conversam, tendo entrevistas com trabalhadores uberizados como maneira de entender tais correlações.

### 3. MÉTODOS

A metodologia utilizada no trabalho foi a partir de uma abordagem totalmente qualitativa, uma vez que uma análise que pudesse comprovar ou refutar as hipóteses iniciais do projeto necessitaria também um estudo profundo da jornada dos trabalhadores uberizados. A abordagem quantitativa poderia de fato entregar resultados mais concretos e estatisticamente comprovados para a pesquisa, mas ao mesmo tempo não compreenderia a análise subjetiva e pessoal presente no estudo qualitativo e aprofundado dos casos. Esses aspectos se tornam fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa dado que um dos maiores fundamentos da distinção das duas classes citadas é exatamente o capital familiar e cultural carregado por elas, e tal entendimento só seria possível através de uma abordagem qualitativa. Portanto, notou-se a necessidade de focar nas metodologias desse âmbito, sendo a primeira direcionada a um embasamento teórico a partir da *desk research* e a segunda os estudos de casos múltiplos.

O estudo de casos múltiplos foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho, principalmente como forma de entender as diferentes perspectivas e motivações dos trabalhadores uberizados e, a partir disso, poder inferir conclusões direcionadas para uma comprovação ou não da hipótese inicial referente ao impacto da chamada economia compartilhada nos diferentes segmentos da classe média. A obtenção dos casos aqui estudados foi por meio de entrevistas em profundidade com motoristas diversos, e uma posterior seleção de quais casos seriam de fato analisados para proporcionar a profundidade necessária para o estudo.

O público-alvo delimitado para a pesquisa não possuía perfil pré-determinado, com a única exigência que fossem motoristas de Uber. Vale ressaltar que embora a pesquisa trate do trabalho uberizado, essa modalidade se expande para diferentes categorias, mas como forma de simplificar a comparação das trajetórias e a complexidade da pesquisa foi delimitado que o foco seria em indivíduos vinculados à plataforma Uber, ainda sabendo que a economia compartilhada atravessa dezenas de outros setores e centenas de outras plataformas.

Assim, foram entrevistados 37 motoristas de Uber durante cerca de seis meses de desenvolvimento de pesquisa, abrangendo perfis variados para garantir a veracidade da pesquisa. As entrevistas abordaram indivíduos de 21 a 67 anos, de ambos os gêneros e com trajetórias diferentes, mas todos motoristas pela plataforma. Para garantir que não haveria viés na pesquisa, os motoristas foram todos entrevistados na cidade de São Paulo com

corridas que partiam de pontos de origem distintos para destinos igualmente distintos, garantindo que os motoristas circulariam por diferentes bairros da cidade e que não haveria um viés em decorrência da concentração em determinada região. Além disso, as entrevistas foram realizadas durante períodos distintos do dia, acompanhando trabalhadores que tivessem jornadas diferentes entre si.

Quanto às entrevistas em si, para garantir o fluxo da conversa não houve roteiro pré-determinado, uma vez que as trajetórias eram extremamente únicas e um roteiro estruturado tornava a entrevista rigorosa e menos proveitosa. As primeiras entrevistas foram realizadas com um roteiro mais estruturado, e quando percebeu-se a ineficiência do método elas passaram a ser realizadas de forma mais orgânica e natural, seguindo apenas uma lista de tópicos a serem abordados durante a conversa. Para garantir que os entrevistados estariam devidamente informados e que todos os dados seriam recolhidos, as conversas foram gravadas e/ou anotadas de acordo com a preferência do entrevistado, que estava sempre ciente da entrevista durante a viagem.

A análise, por sua vez, foi feita através de uma análise de conteúdo das entrevistas realizadas. A fim de torná-la mais profunda e direcionada, foram escolhidas algumas das entrevistas para garantir que a entrega não se tornaria superficial e deixaria de responder às perguntas inicialmente propostas pelo trabalho. O estudo dos casos selecionados foi realizado com base no embasamento teórico inicial, obtido por meio de pesquisas bibliográficas em fontes diversas e confiáveis que tangem os principais temas da pesquisa (como neoliberalismo, crise, uberização e os segmentos da classe média), selecionando então casos que fossem mais condizentes com a teoria aqui proposta. Assim, foram escolhidos os casos apresentados na parte de Resultados como forma de aprofundar na trajetória de alguns dos indivíduos e, assim, entender um pouco mais sobre o impacto da uberização do trabalho na trajetória da classe média.



## 4. RESULTADOS

### **A crise econômica cria o espaço para o trabalho uberizado**

Com os três aspectos fundamentais da pesquisa teoricamente definidos, é importante entender de que maneira eles se relacionam de forma mais profunda e, assim, analisar os dados coletados até o momento sob a perspectiva teórica estudada anteriormente. Considerando o neoliberalismo, a uberização e os diferentes segmentos de classe média como os pilares do trabalho apresentado, entender a crise econômica passa a ser fundamental para elucidar o nascimento da própria uberização do trabalho e, conseqüentemente, da adoção desse novo modelo pelos integrantes da classe média.

O entendimento das crises é fundamental para o embasamento da pesquisa porque enquanto diversas lógicas de governo de conduta tiveram o seu fim nas crises pelas quais passaram, o neoliberalismo desenvolveu mecanismos que utilizavam da crise para perpetuar sua racionalidade governamental. Assim, é importante entender tanto a crise econômica quanto a de legitimidade política para compreender como o neoliberalismo conseguiu atravessá-las, e como a uberização do trabalho pode ser vista como um mecanismo de institucionalização dessa governamentalidade em meio a tempos de crise. Conforme afirma Andrade (2019) sobre o neoliberalismo,

“[...] o que há de singular é que ele possui um regime de acumulação incoerente, gerando crises econômicas sucessivas, mas seu modo de regulamentação [...] é tão eficiente que é capaz de instrumentalizar as crises econômicas como forma de se reforçar, impedindo a transição para um novo arranjo normativo-institucional e, conseqüentemente, para uma nova fase do capitalismo”

A crise econômica, que teve início em 2008 nos Estados Unidos e se alastrou para grande parte dos países europeus e emergentes, foi reflexo da contradição do sistema neoliberal, que ao mesmo tempo que busca cada vez mais lucro não tem uma capacidade de governar sua macroeconomia (Duménil e Lévy *in* Andrade, 2018). Essa crise, por sua vez, ocasionou uma série de falências, desempregos, redução dos salários, endividamentos, e até mesmo a precarização do trabalho, dando margem para a criação de novos modelos como o próprio trabalho uberizado. Com os efeitos dessa crise atacando diretamente a população, surge também uma crise de legitimidade como consequência da insatisfação dos indivíduos com a situação econômica e com a falta de representatividade política de suas demandas nas

instituições democráticas, onde a lógica neoliberal torna-se a culpada pelo seu posicionamento a favor do livre mercado.

Enquanto outros sistemas de acumulação ruiam ao passarem por crises desse porte, o neoliberalismo consegue desenvolver maneiras de perpetuar sua lógica uma vez que, conforme afirmam Dardot e Laval, “a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* ‘regime de acumulação’, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade”. No Brasil, a transformação da crise econômica em uma crise de legitimidade foi altamente notada nos últimos anos, em que as adversidades na economia impulsionaram movimentos fortes de falta de identificação da população com seu próprio governo.

Apesar de todas as crises, que são sucessivas quando se trata do neoliberalismo, o dispositivo geral de governamentalidade desse sistema é tão bem estruturado que consegue utilizar as crises econômicas como instrumentos para se reformar, se moldar e evitar que um novo regime tome seu lugar. No caso da última crise econômica, que gerou altas taxas de desemprego e a precarização do trabalho que afetaram principalmente a classe média, abre-se espaço para a criação de novos mecanismos neoliberais, como o próprio trabalho uberizado. Com esses dois fatores somados, a classe média de forma geral (tanto a tradicional como a nova), agora em grande parte desempregada, aceita o trabalho precarizado como forma de sustento ou complemento de renda, cedendo à nova onda da uberização na ilusão de estar abraçando a oportunidade de ser empreendedora de si mesma. Assim, em um momento de crise em que o neoliberalismo deveria se desestabilizar, ele cria maneiras de arraigar ainda mais sua lógica de auto empreendedores, se fortalecendo cada vez mais.

### **A classe média utiliza o trabalho uberizado como forma de contornar a crise econômica**

Os maiores reflexos da crise econômica mencionada anteriormente foram decerto na classe média, principalmente a nova, que parte de uma situação mais instável que a tradicional, que tornou-se massivamente desempregada e com chances reduzidas de recolocação imediata no mercado. As crises, primeiramente econômica e consecutivamente de legitimidade do governo, impulsionada pela regra do neoliberalismo de ocasionar crises sucessivas, foram o principal motivos da empresa Uber ter seu número de motoristas aumentado de 50 mil para 500 mil em um ano, logo após o *impeachment* da então presidente

Dilma Rousseff. Esse *boom* no número de motoristas possivelmente se relaciona com o aumento na taxa de desemprego no mesmo ano, que subiu para 12,5% entre 2016 e 2017.

Para entender o contexto da cidade onde a pesquisa de campo foi realizada, é importante notar que em 2017 a cidade de São Paulo contava com uma taxa de desemprego de 18%, taxa muito superior à média nacional, além de 37% da população ter afirmado que sua renda foi reduzida de acordo com pesquisa realizada pela Rede Nossa São Paulo. Assim, associando essa realidade ao aumento de motoristas, as hipóteses criadas sobre os trabalhadores de economia compartilhada devem ser estudadas para serem aceitas ou refutadas. Para isso, focando especificamente nos motoristas de Uber que se apresentam em grande quantidade na capital paulista, diversas entrevistas em profundidade foram conduzidas ao longo da pesquisa para entender a trajetória desses indivíduos. Os motoristas foram escolhidos de maneira aleatória através do próprio aplicativo, sendo solicitados em origens, horários e dias diversos para garantir uma amostra variada de entrevistados. Assim, a ideia foi compreender as motivações que os levaram a aderir a essa nova modalidade de trabalho, posteriormente relacionando com as hipóteses levantadas durante o projeto de pesquisa.

### **O trabalho uberizado como fuga do desemprego**

Com as entrevistas, fica claro que muitos dos motoristas foram impactados pelas crises de 2016 e viram no trabalho uberizado a única alternativa de escape. José, por exemplo, foi uma das diversas vítimas do desemprego. Ele é Uber há dois anos, desde que foi demitido da fazenda de café onde trabalhava na parte administrativa. Desde então, o senhor de 47 anos tem o sonho de abrir o próprio negócio, dizendo que “É muito difícil confiar nos outros, ‘né’? Melhor tentar criar a nossa coisa mesmo e ver se dá certo”. Por isso, desde que foi demitido resolveu ser Uber para juntar capital para o seu próprio negócio, não se vinculando a nenhuma empresa pela “falta de confiança” e buscando no empreendedorismo a chance de uma mudança de vida. O senhor, que trabalhou por muitos anos no ramo do café, pretende abrir um negócio de distribuição do grão para a cidade de São Paulo, e enquanto trabalha como Uber faz as pesquisas necessárias para abrir o seu próprio negócio.

Assim como José, Bruno, de 32 anos, também se tornou Uber por conta do desemprego. O jovem, técnico em Segurança do Trabalho, trabalhou por seis anos em uma empresa que prestava serviços para a Petrobrás e foi demitido no final de 2016. Após dois

anos procurando emprego sem sucesso, ele afirma que se arrepende de ter entrado no setor de Óleo e Gás, pois disse que agora é difícil voltar. De acordo com ele, “o mercado ‘tá’ saturado, e eu não tenho experiência em nada fora dessa área, aí é difícil conseguir voltar”. Bruno afirmou ter recebido uma proposta para ir para o Pará trabalhar na área de engenharia civil, mas como sua mulher está grávida e é concursada, ele teria que passar um ano lá para que ela conseguisse transferência, e assim ficaria longe dela durante a gravidez. Assim, disse que prefere “segurar um pouco como Uber, mas não é tão bom”. Diferente de José, que via no Uber a sensação de liberdade, Bruno se rende ao trabalho uberizado pela falta de opção, já que sua experiência restrita torna difícil sua recolocação no mercado.

Robson, 33, também se tornou Uber por conta do desemprego, mas estava no aplicativo há apenas sete dias quando o entrevistei. O engenheiro civil trabalhou por quatro anos em uma construtora até ser demitido em meados de 2018, quando conseguiu um contrato de quatro meses em outra construtora, mas não foi renovado. Hoje em dia, busca um emprego em sua área de atuação, mas afirma que o mercado está muito difícil para contratações. Seu sonho é fazer uma pós, e disse que chegou a começar uma no Rio de Janeiro, mas precisou parar para trabalhar e acabou perdendo o prazo de conclusão. Sobre a busca de emprego e a vida de Uber, afirma: “uma hora dá certo e a gente acha, mas até lá tem que se virar”.

### **O trabalho uberizado como transição ou complemento da jornada**

Além daqueles que aderem ao trabalho uberizado como a única alternativa para a dificuldade de recolocação no mercado após o desemprego, existe também uma parcela considerável que adere à nova modalidade de trabalho como uma maneira de realizar o sonho da jornada flexível e do auto empreendedorismo. Diferentemente de José, Bruno e Robson, Lucas virou Uber por opção. O jovem de 24 anos mora no Tatuapé e já cursou um ano e meio de Direito na Faculdade São Judas, mas trancou porque decidiu prestar concurso da Polícia Federal. Durante a faculdade, que cursava no período noturno, trabalhou em duas empresas, e antes de se matricular já havia trabalhado em outras duas. Lucas havia entrado no aplicativo há quatro meses quando conversamos, quando largou o emprego para ter mais tempo e flexibilidade para estudar para o concurso. Contudo, afirma: “o difícil é ter disciplina ‘pra’ estudar, mas até agora ‘tô’ conseguindo”.

Vitor teve uma trajetória muito similar à de Lucas: com 21 anos, é Uber desde julho de 2018 e entrou no aplicativo para aproveitar a flexibilidade na jornada de trabalho, uma

vez que está prestando concurso para a Polícia Civil e precisa de tempo para estudar ao mesmo tempo que consegue renda para se manter. De acordo com o jovem, que trabalha desde os 12 anos e já passou por buffet de festa infantil, cabelereiro, bar, administração de lojas e outros incontáveis segmentos, ser Uber rende bem: “se escolher bem o dia dá pra tirar uma ‘grana’ boa, quando tem festa em umas três ou quatro noites tiro o que tiraria em umas duas semanas”. No entanto, a flexibilidade no trabalho deve vir acompanhada de uma grande disciplina, tanto na organização da própria jornada quanto na vida acadêmica.

Milton, 36, segue na mesma linha que Lucas e Vitor, que entraram no aplicativo por vontade própria. Também trabalhando há apenas quatro meses como motorista quando nos conhecemos, disse que costuma trabalhar uma vez a cada dois ou três dias, e resolveu utilizar a plataforma como forma de juntar dinheiro para ajudar a comprar um apartamento. Além de Uber, ele também trabalha há cinco anos com transporte rodoviário, e disse: “Aqui é um complemento só, mais nada. Tem gente que quer ganhar quinze mil, vinte mil... Aí não dá, né?!”.

### **O trabalho uberizado como perspectiva de carreira**

Daniel, de 28 anos, também entrou no aplicativo por opção, mas diferente dos demais vê a nova modalidade como um emprego a longo prazo: após 8 anos como promotor de merchandising, propaganda e material em diferentes marcas, há dois anos e meio o jovem resolveu largar seu emprego de um ano na gigante Saint-Globain para se tornar motorista. Daniel conta que fez as contas e resolveu que a troca seria benéfica, pois conseguiria tirar uma renda melhor e teria uma jornada mais flexível. Sobre a Uber, conta: “é o melhor ‘trampo’, passei de promotor de empresa pra promotor da Uber [risada]. Aqui eu sou patrão, vendedor e funcionário; a dinâmica é outra, é bom demais”. Daniel afirma que uma das maiores vantagens é a flexibilidade, dizendo que pode estender ou parar quando quiser – e, no entanto, quando questionado se trabalha mais hoje do que trabalhava na empresa, respondeu rapidamente que hoje trabalha mais, mas que pelo menos escolhe quando (e riu ao dizê-lo). Para garantir a renda que gostaria ao final do mês, coloca a meta pessoal de ter um ganho diário de R\$250,00 para atingir os R\$6.500,00 de salário que ele mesmo coloca como ideal.

Por fim, Nadir, hoje com 43 anos, é Uber há três anos, como José e Bruno. Motorista de táxi por vinte anos antes de se tornar Uber, ele acompanhou todo o processo de transição

para os aplicativos. A trajetória de Nadir resultou na Uber por não ver mais sentido no táxi, onde ficou por muito tempo. Nadir teve seu carro licenciado por doze anos, mas vendeu a licença para quitar seu apartamento. Pelos oito anos seguintes, alugou a licença da mesma mulher para quem havia vendido. Com o crescimento dos aplicativos, parou de ver sentido em continuar com o táxi, e resolveu migrar para a Uber e para a 99. Ele afirma que embora a taxa da 99 seja menor (12% em comparação com os 25% da Uber), o volume de passageiros ainda é muito inferior, não compensando ficar apenas lá. Durante a conversa, disse: “o primeiro ano foi muito bom porque tinha pouca gente, mas depois muita gente quis entrar porque ficou desempregada ou ‘pra’ juntar uma ‘grana’ e hoje em dia tem motorista demais”. Apesar de se dedicar integralmente ao aplicativo e hoje em dia não ver mais sentido no táxi, o motorista afirma que, quando era taxista e não existiam os aplicativos de transporte, ele ganhava muito mais dinheiro, principalmente de finais de semana, por conta dos bingos. No entanto, diz que é bom ter a flexibilidade de não ter um ponto fixo como nos táxis, pois isso facilita para conseguir passageiros.

## 5. CONCLUSÃO

Embora as trajetórias apresentadas tenham algumas diferenças, as entrevistas deixam claro que o trabalho uberizado de fato acarretou a precarização dos trabalhadores. Desde os que migraram de áreas com maior segurança trabalhista pelo desemprego, passando pelos que optaram por transitar pelo aplicativo por um curto período de tempo para conseguir dinheiro extra até os que adotaram o Uber como emprego “fixo”, mas que antes tinham mais segurança e melhor remuneração, o fato é que o trabalho uberizado não aparenta ser a escolha ideal para nenhum. O aplicativo, como bem diz em seu próprio site, não se responsabiliza pelos motoristas, tampouco pelos clientes. A vida de motorista de Uber é incerta, e na grande maioria dos casos é apenas uma promessa de um futuro melhor que pode nunca chegar. Enquanto esses trabalhadores recorrem ao trabalho uberizado como uma forma de sobrevivência ou na esperança de de fato se tornarem empreendedores de si mesmos.

Assim, mesmo em momentos em que as crises econômicas e de legitimidade assolam o país e colocam esses trabalhadores em uma situação de alta vulnerabilidade, a saída mais clara que aparece para que eles tentem contorná-la é justamente um instrumento altamente neoliberal que os aprisiona em sua condição precarizada, e ao mesmo tempo perpetua a lógica neoliberal fazendo com que os trabalhadores almejem o auto empreendedorismo quando saírem dessa condição ou com que acreditem que a própria uberização é a liberdade de ser empreendedor de si mesmo.

É interessante perceber, através das entrevistas, como é claro o impacto da uberização para os dois segmentos da classe média: desde Nadir, um exemplo da classe média tradicional que construiu o sonho do auto empreendedorismo na carreira de taxista, até Vitor, um jovem da nova classe média que passou por um processo contínuo de viração, todos do espectro encontram no trabalho uberizado uma alternativa para enfrentar as dificuldades impostas para o contexto de crise no qual estão inseridos. A crise, independente da maneira, é propulsora da uberização, seja para os que perderam o emprego, seja para os que enfrentam dificuldades e necessitam de uma renda complementar, seja para os que tiveram que buscar uma alternativa mais lucrativa ao emprego que tinham.

De formas distintas, surgem de fato evidências que o trabalho uberizado contribui para o fortalecimento da lógica neoliberal mesmo quando as crises que o impulsionaram são causadas pelo próprio neoliberalismo. Por perspectivas diferentes e com motivações distintas, todos os entrevistados apresentam jornadas que convergem na ideia da uberização

como um escape dessa crise, ou seja: na precarização do trabalho disfarçada de flexibilidade na jornada como oportunidade para um falso auto empreendedorismo, mas que ainda assim reforça a competição desmedida como garantia de resultado e a avaliação constante como forma de controle contínuo dos trabalhadores.

Os fatores reforçados pela uberização, como a competição e a avaliação contínua dos motoristas, são fundamentais para que haja uma distinção entre essa nova modalidade e as relações de trabalho precárias periféricas anteriormente existentes em países como o Brasil. Embora a uberização em muito dialogue com o trabalho informal, o autoemprego e a viração, essa nova modalidade é mais do que apenas uma extensão dessas relações prévias ao trabalho formal. Mesmo reconhecendo a especificidade do mercado de trabalho de países periféricos como o Brasil, com sua informalidade e precariedade há muito existentes, o neoliberalismo e a uberização apresentam novidade no que concerne ao controle do trabalho. Não existia no mercado de trabalho informal a avaliação permanente do desempenho pelos consumidores e seu registro eletrônico disponível aos usuários, a definição de metas, a gamificação como forma de estímulo à extensa jornada de trabalho, a concorrência como forma de distribuir os chamados e corridas, a definição do preço da corrida por meio de algoritmos e a construção digital de mercados, a penalização de quem recusa viagens, entre tantos outros mecanismos da plataforma. Desse modo, as formas de controle do trabalho neoliberais e uberizadas transformaram tanto o mercado de trabalho formal, colocando a precarização e a informalidade como horizontes, como igualmente transformam o mercado de trabalho informal e já precarizado, pois apesar de ter afinidades eletivas, introduziu formas de controle até então inexistentes. Plataformas de manicures, mecânicos, diaristas e tantos outros são criadas, fazendo com que esses trabalhadores já precarizado passem também a sofrer com o controle neoliberal através das avaliações constantes e da competição acirrada em suas jornadas.

Embora o estudo realizado não seja totalmente conclusivo por focar em uma plataforma específica de trabalho uberizado e analisar poucas jornadas, a pesquisa ressalta a importância do estudo das novas modalidades que cada vez mais se expandem e mudam as dinâmicas e relações de trabalho. Os resultados das entrevistas mostram que embora a uberização tenha de fato um lado positivo, surgindo como oportunidade para muitos que perderam seus empregos, é fundamental encará-la de forma crítica para que a precarização não se torne uma constante ainda mais forte no mercado de trabalho. Para entender de fato os impactos da uberização do trabalho em maior escala, seria interessante e necessário um



estudo mais aprofundado acerca de outras plataformas, sobretudo daquelas voltadas aos trabalhos informais.

## 6. REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/02/110685>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. *Número de desempregados no Brasil sobe 12,5% entre 2016 e 2017*. 2018. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2017-em-127.html>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

ANDRADE, Daniel P. *Neoliberalismo: crise econômica, crise de legitimidade e reforço de governamentalidade*. 2018a

\_\_\_\_\_. *O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais*. 2018b

\_\_\_\_\_. *“Nova classe média”, luta de classes e estratégia de subjetivação*. 2018c

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: O Novo Proletariado de Serviço na Era Digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FATOS E DADOS SOBRE A UBER. Uber. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

FINANCIAL TIMES. *Receita da Uber tem forte desaceleração no trimestre*. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/alta-da-receita-da-uber-tem-forte-desaceleracao-no-trimestre.shtml>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. 1970.

\_\_\_\_\_. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*.

G1. *Pesquisa aponta que 37% dos paulistanos tiveram queda na renda em 2017*. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/pesquisa-aponta-que-37-dos-paulistanos-tiveram-queda-na-renda-nos-ultimos-12-meses.ghtml>>. Acesso em: 4 de janeiro de 2019.

GRUN, Roberto. *A classe média no mundo do neoliberalismo*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 10(1): 143-163, maio de 1998.

HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

LOBEL, Fabrício. *Número de motoristas de Uber cresce dez vezes em um ano no Brasil. 2017*. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931013-numero-de-motoristas-do-uber-cresce-dez-vezes-em-um-ano-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante da Base da Pirâmide*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

NOSSA HISTÓRIA. Uber. Disponível em: <<https://www.uber.com/pt-BR/our-story/>>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

SLEE, Tom. *Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUZA, Jessé. *Trabalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TELLES, Vera da S. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 18(1): 173-195, junho de 2006.

TREVIZAN, Karina. *Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico. 2017*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.